



Isadora Osterno

Pesquisadora do Centro de Estudos para o Desenvolvimento do Nordeste do FGV IBRE



Igor Lucena

Doutor em Relações Internacionais (Universidade de Lisboa), mestre em Economia de Empresas (Caen/UFC)

Atividade

Nordeste em transição: crescimento, inserção internacional e desafios estruturais

A economia do Nordeste deve encerrar 2025 com ritmo de crescimento semelhante ao da média nacional, de 2,2%, de acordo a projeções do Boletim Macro do FGV IBRE. Trata-se de um desempenho modesto, sobretudo quando confrontado com o dinamismo recente observado em outras regiões do país, mas que não deve ser subestimado. Em um contexto marcado por juros elevados, restrição de crédito e enfraquecimento do investimento, acompanhar a expansão do conjunto da economia brasileira sinaliza um grau relevante de resiliência regional. Ainda assim, a leitura em perspectiva histórica revela limitações persistentes: entre 2010 e 2022, o crescimento acumulado do Nordeste foi de 58,8%, apenas marginalmente superior ao do Brasil como um todo, de 53,2%, e significativamente inferior ao registrado no Centro-Oeste, 88,7%, e no Norte, 88,5%.¹ Esse contraste sugere que o desafio central da região não reside apenas em atravessar os ciclos

econômicos com estabilidade, mas em consolidar uma trajetória de expansão mais intensa, contínua e sustentada no médio e longo prazo.

Essa dificuldade ganha contornos ainda mais claros quando se observa que, apesar de concentrar cerca de 27% da população brasileira, a participação média do Nordeste no PIB nacional permanece, há décadas, praticamente inalterada, em torno de 14%. Tal descompasso evidencia entraves estruturais que limitam a capacidade de transformação do crescimento em maior peso econômico relativo. Diante desse quadro, torna-se indispensável olhar para as potencialidades intrínsecas da região como ponto de partida para a construção de estratégias capazes de produzir efeitos duradouros. Entre elas, que orientam a reflexão desenvolvida neste texto, se sobressaem duas em particular: a dimensão do mercado consumidor nordestino e a posição geográfica estratégica do Nordeste.

No que se refere ao mercado consumidor, apesar da região nordestina concentrar cerca de 54 milhões de habitantes, o que a torna a segunda mais populosa do país, a renda domiciliar *per capita* média permanece significativamente abaixo da média nacional. Em 2012, o rendimento médio do Nordeste equivalia a aproximadamente 61% do observado no Brasil; em 2024, essa proporção avançou para cerca de 65%.² Trata-se de uma evolução positiva, mas ainda limitada diante da persistência das desigualdades regionais, sugerindo que o potencial de expansão do mercado consumidor segue condicionado por restrições estruturais associadas à renda e à produtividade.

Ainda assim, mudanças institucionais recentes tendem a alterar parcialmente esse quadro. A reforma tributária, cuja implementação se inicia já em 2026 pelas obrigações acessórias, introduz elementos que podem favorecer relativamente mais o Nordeste, como a tributação no destino, o arrefecimento da guerra fiscal com a criação do IBS e a adoção do mecanismo de *cashback*, voltado à redução da regressividade dos tributos sobre o consumo. Estimativas preliminares sugerem que esse instrumento pode elevar a renda dos estratos mais pobres em até 7,7%, com efeitos distributivos particularmente relevantes para a região, ainda que tais resultados devam ser interpretados com cautela, dada a natureza incipiente das simulações.³

Historicamente, o Nordeste apresenta-se como consumidor líquido, isto é, consome mais do que produz. Evidências empíricas mostram que as

Em diversos segmentos,
mais da metade da
oferta de bens é adquirida
fora do território
nordestino, o que revela
um elevado grau de
dependência produtiva

importações têm peso relevante na composição da oferta regional, sobretudo aquelas provenientes de outras regiões do país, que respondem por cerca de 23% do total. Em diversos segmentos, em especial nas atividades extrativas e de transformação, mais da metade da oferta de bens é adquirida fora do território nordestino, o que revela um elevado grau de dependência produtiva.⁴ Nesse contexto, o modelo tributário vigente até recentemente implicava perdas relativas de arrecadação em favor das regiões produtoras. A transição para a tributação no destino tende a atenuar essa distorção, ao ampliar a base arrecadatória local e criar espaço fiscal adicional para os entes da região.

Por fim, ainda no âmbito das mudanças no sistema tributário, a isenção do Imposto de Renda para rendimentos mensais de até R\$ 5 mil, prevista a partir de 2026, deve exercer efeito positivo sobre a renda disponível das famílias nordestinas. Tal



Flávio Ataliba

Coordenador do Centro de Estudos para o Desenvolvimento do Nordeste do FGV IBRE.
Professor CAEN/UFC (Propap)



impacto assume especial relevância em uma região que concentra parcela expressiva de trabalhadores nos estratos de renda mais baixos, ampliando o alcance distributivo da medida e reforçando seus potenciais efeitos sobre o mercado consumidor regional.

No que se refere à posição geográfica do Nordeste no contexto do comércio internacional, essa característica poderá se constituir um dos principais vetores de crescimento regional. O aprofundamento da inserção externa representa uma oportunidade concreta de dinamização produtiva, uma vez que a maior proximidade geográfica com a Europa e Estados Unidos, traduzida em menores tempos e custos de transporte em comparação aos principais portos do Sudeste, confere à região uma vantagem logística relevante. Esse diferencial é reforçado pela presença de infraestruturas portuárias estratégicas, como os portos do Pecém (CE), Suape (PE), Salvador (BA) e Itaqui (MA), que já operam como *hubs* logísticos e industriais, com capacidade de atrair cadeias produtivas orientadas ao comércio exterior.

Além disso, o Nordeste concentra pontos centrais da infraestrutura digital internacional, com a chegada e a operação de cabos submarinos de telecomunicações, especialmente ao longo do litoral cearense e pernambucano. Essa configuração amplia o potencial da região como plataforma para serviços digitais, centros de dados e atividades intensivas em tecnologia. Em conjunto, esses elementos posicionam o Nordeste não apenas como um corredor de exportação de

Apesar do avanço recente do engajamento dos estados nordestinos nas trocas internacionais, esse movimento permanece aquém do verificado no restante do país

bens, mas como potencial porta de entrada do Brasil para os fluxos globais de comércio, serviços e dados, ampliando o escopo e a sofisticação de sua inserção internacional.

Ainda que esses atributos confirmam ao Nordeste um potencial expressivo de inserção internacional, tal vocação contrasta com o desempenho efetivamente observado no comércio exterior. Estudo publicado na edição de dezembro no *Boletim Macro Regional*,⁵ do Centro de Estudos para o Desenvolvimento do Nordeste do FGV IBRE, aponta que, apesar do avanço recente do engajamento dos estados nordestinos nas trocas internacionais, esse movimento permanece aquém do verificado no restante do país. Soma-se a isso a redução da participação de bens de maior valor agregado na pauta exportadora regional, aspecto particularmente preocupante por limitar os ganhos de produtividade e de renda normalmente associados à integração externa. De forma complementar, a

análise mostra que uma parcela relevante das vendas do Nordeste ainda se destina a outras regiões do território nacional, evidenciando o baixo grau de internacionalização da economia regional, cuja participação nas exportações externas corresponde a apenas cerca de 3,3% de sua oferta total.

Observa-se, adicionalmente, que entre 2018 e 2024 a China ampliou de maneira significativa sua participação como destino das exportações nordestinas e, juntamente com os Estados Unidos, se consolidou como um dos principais parceiros comerciais da região, o que revela elevada concentração geográfica das vendas externas. Nesse contexto, a eventual concretização do acordo Mercosul-União Europeia pode desempenhar papel estratégico, ao favorecer a ampliação do grau de abertura comercial e a diversificação dos parceiros, reduzindo a dependência excessiva em relação à China e aos Estados Unidos. Além de atenuar o isolamento relativo do Mercosul frente às principais cadeias globais de valor, o acordo tende a gerar ganhos adicionais para a indústria nacional, sobretudo por meio do acesso a insumos a custos mais baixos, com efeitos positivos potenciais sobre a competitividade e os encadeamentos produtivos.

O acordo do Mercosul-União Europeia pode ser um importante elemento para transformar a cadeia logística do Nordeste, pois do ponto de vista da distância entre portos e aeroportos, existem ganhos em determinados setores que podem gerar vantagens competitivas para estados como Ceará, Pernambuco e Bahia. Caso seja possível que França e Itália

concordem com os termos em negociação, a aprovação do acordo não apenas deve diminuir o peso relativo de China e Estados Unidos na balança comercial brasileira como também deve ampliar no longo prazo os mercados do chamado “alargamento” em duas vias. A primeira, europeia, com a entrada futura de Montenegro, Ucrânia, Albânia, Macedônia do Norte, e mais sete países candidatos a aderir à UE. Do lado do Mercosul, já temos a Bolívia e a possibilidade de retorno da Venezuela, caso ocorra uma volta a um regime democrático.

Setores como de produção de frutas como mangas, melões, caju e coco, de café, além de carnes bovinas e de frango devem ser os mais beneficiados, ainda que possam passar por políticas restritivas de salvaguardas a serem inseridas no acordo. A região também pode ampliar a exportação de frutos do mar, como camarões e moluscos, mercado em constante expansão principalmente no norte da Europa. O acordo Mercosul-UE pode gerar novas parcerias entre empresas tecnológicas da União Europeia e o setor de tecnologia nordestino, especialmente em áreas como *big data*, inteligência artificial e *blockchain*, que já possuem um início com a instalação dos *data centers* em Caucaia (CE).

Outro elemento relevante a ser considerado no médio e longo prazo diz respeito à possibilidade de exportação de gás boliviano por meio de portos do Nordeste com destino ao mercado europeu. Diante da reconfiguração do mapa energético internacional, marcada pela progressiva exclusão da Rússia como fornecedora

Localização geográfica do Nordeste e sua infraestrutura portuária podem posicionar a região como um elo estratégico em novas rotas de abastecimento energético

da União Europeia em decorrência da guerra na Ucrânia, o bloco europeu passou a buscar novas fontes de suprimento, seja na África, seja nas Américas. Nesse contexto, a localização geográfica do Nordeste e sua infraestrutura portuária podem posicionar a região como um elo estratégico em novas rotas de abastecimento energético, ampliando sua relevância geoeconômica e seu potencial de atração de investimentos associados à logística e à energia.

Essa discussão ganha ainda mais relevância à luz dos impactos recentes da política comercial dos Estados Unidos. Em termos proporcionais, os estados do Ceará, com 44,9% de sua pauta exportadora expostos ao mercado dos EUA, e da Paraíba, com 21,6%, figurariam entre os mais afetados pelo aumento de tarifas associado ao chamado tarifaço da política externa do presidente Donald Trump. Ainda que parte dessas medidas tenha sido posteriormente

revista, a experiência deixa lições importantes para 2026. A primeira diz respeito à necessidade de uma estratégia geoeconômica nacional mais estruturada, que inclua a legalização do *lobby* e a reorientação do Itamaraty para uma atuação comercial mais ativa, e não apenas diplomática. A segunda refere-se ao reconhecimento de que os estados subnacionais não podem depender exclusivamente de Brasília para enfrentar choques externos com impactos diretos sobre suas economias, tornando indispensável o fortalecimento de iniciativas de para-diplomacia em múltiplas frentes. Por fim, impõe-se a necessidade de avançar na diversificação da pauta exportadora e dos parceiros comerciais, de modo a reduzir a exposição a choques externos e aumentar a resiliência da inserção internacional.

Embora o acordo Mercosul-União Europeia tenha potencial para ampliar de forma significativa as oportunidades do Nordeste no comércio internacional, ele também impõe um conjunto relevante de desafios que precisarão ser enfrentados para que a região consiga capturar plenamente os benefícios da nova relação comercial. Entre os principais obstáculos destacam-se questões associadas à barreira linguística, à qualificação da força de trabalho, à infraestrutura logística e às diferenças regulatórias e culturais. Esses fatores exigem atenção coordenada do setor público e privado, sob pena de limitar a capacidade de inserção efetiva das economias nordestinas nos mercados europeus. Nesse sentido, torna-se necessário repensar políticas de atração internacional a



A estratégia de expansão de montadoras chinesas ainda dispõe de espaço no mercado brasileiro, em consonância com a política chinesa de busca por novos mercados consumidores

partir de aspectos básicos, como a padronização de documentos oficiais e a adoção de sinalização urbana e viária em, pelo menos, dois idiomas.

Ainda assim, as iniciativas recentes do governo federal voltadas ao fortalecimento das relações com países asiáticos têm se mostrado promissoras. Além da China, mercados como Japão, Coreia do Sul, Índia, Tailândia e Indonésia apresentam elevado potencial tanto para a expansão das exportações nordestinas quanto para a atração de investimento direto estrangeiro para a região. Produtos como carnes, frutas frescas e frutas desidratadas encontram nesses países uma demanda crescente, compatível com as vantagens comparativas do Nordeste. Ademais, a estratégia de expansão de montadoras chinesas no exterior ainda dispõe de espaço no mercado brasileiro, em consonância com a política chinesa de busca por novos mercados consumidores, o que abre oportunidades adicionais para a

atração de investimentos produtivos nos estados nordestinos.

Em suma, as perspectivas para a economia do Nordeste em 2026 apontam para um quadro de expansão moderada, mas com oportunidades relevantes de transformação estrutural em setores estratégicos como energia renovável, agroindústria, tecnologia e infraestrutura. A combinação entre um mercado consumidor em expansão, a posição geográfica privilegiada e o aprofundamento gradual da inserção internacional, em especial nas relações com a União Europeia e com economias asiáticas, tende a reforçar o papel do Nordeste como plataforma estratégica para novos negócios e parcerias produtivas. Caso consiga explorar de forma coordenada suas vantagens regionais e responder adequadamente aos desafios institucionais e produtivos ainda existentes, a região poderá consolidar uma trajetória de crescimento mais robusta e sustentável no longo prazo, com efeitos positivos tanto sobre a qualidade de vida da população quanto sobre a redução das desigualdades sociais. ▀

¹Para uma análise mais aprofundada, ver: <https://go.fgv.br/oMCV345ptp6>.

²Para uma análise mais aprofundada, ver: Nordeste lidera o crescimento da renda entre 2022 e 2024, mas desigualdades persistem | Blog do IBRE (<https://go.fgv.br/mdWMEg2jcbH>).

³Para uma análise mais aprofundada, ver: Estimativas do impacto do cashback da reforma tributária sobre a renda das famílias no Brasil: uma abordagem regional | Blog do IBRE (<https://go.fgv.br/IDatIKjolvuv>).

⁴Para uma análise mais aprofundada, ver: Relações comerciais extraterritoriais por região e UF: Região Nordeste | Blog do IBRE (<https://go.fgv.br/bnC1T3Mr4UY>).

⁵Acesse o Boletim Macro Regional: <https://go.fgv.br/WoCQnyU6S9j>.